

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 22/05/2015

- [Site de Luciano Huck é condenado a financiar campanha contra trabalho infantil](#)
- [Debate sobre restrição à publicidade infantil tem posições divergentes](#)
- [Juíza estimula professores a combater violência sexual infantil](#)
- [Menor que esfaqueou médico no Rio tem 16 anos e 15 fichas na polícia](#)
- [Bebê é encontrado em lixeira em cidade do interior de SP](#)
- [Estados Unidos admitem ter matado duas crianças em bombardeio na Síria em 2014](#)
- [Pernambuco e Ceará trocam experiências no segmento da Primeira Infância](#)
- [MPPE discute crescimento da mortalidade materno-infantil em Pernambuco em audiência na Alepe](#)
- [Brasil registra três queixas de abuso sexual de crianças por hora](#)

Assunto: Site de Luciano Huck é condenado a financiar campanha contra trabalho infantil

Fonte: Promenino

Data: 22/05/2015

Promenino



Como consequência do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público do Trabalho (MPT) do Rio de Janeiro, a empresa Vamoquevamo Pontocom, responsável pela venda online dos produtos do apresentador Luciano Huck, terá de custear uma campanha de combate ao trabalho infantil.

A medida determina a veiculação da mensagem 'Trabalho infantil não é legal', em uma aeronave que vai sobrevoar a orla da Zona Sul do Rio de Janeiro por dois domingos seguidos. Terá de produzir, também, 750 camisetas para o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (Fnpeti), referentes à data 12 de junho, Dia Mundial contra o Trabalho Infantil. Mais: Huck será obrigado a pagar pela publicação de um anúncio contra a exploração de crianças e adolescentes em um jornal de grande circulação. Em caso de descumprimento, será cobrada uma multa de R\$ 50 mil, informa o MPT.

Durante o Carnaval, o site do apresentador vendeu camisetas infantis com as estampas “Vem ni mim que eu tô facin”, “Me beija que eu sou carioca” e “Se eu não lembro, eu não fiz”. “A utilização de crianças em campanha de venda de camisetas exibindo conteúdo inapropriado, que podem ser consideradas um incentivo à pedofilia e à exploração sexual comercial de crianças”, diz a procuradora Dulce Martini Torzecki, que conduziu a investigação.

Assunto: Debate sobre restrição à publicidade infantil tem posições divergentes

Fonte: Agência Câmara

Data: 22/05/2015



Câmara analisa diferentes versões de proposta sobre o tema.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados reuniu nesta quinta-feira (21) entidades favoráveis e contrárias às várias alterações que outros colegiados da Casa fizeram ao projeto de lei (PL 5921/01) que, originalmente, proibia a publicidade destinada a promover a venda de produtos infantis.



Audiência pública da CCJ reuniu representantes de entidades de defesa da criança e do setor publicitário

Devido à polêmica do tema, a proposta recebeu textos alternativos (substitutivos) nas três comissões que a analisaram anteriormente.

Segundo o atual relator, deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA), o texto chegou à CCJ confrontando direitos legítimos, como a proteção das crianças e a liberdade de expressão, o que extrapola a mera análise de constitucionalidade da comissão.

O Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e o Movimento Infância Livre de Consumismo (Milc) defenderam as mudanças feitas pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara, que impôs várias restrições à comunicação mercadológica em programas infantis.

A advogada Mariana Ferraz, consultora do Idec, lembrou que, segundo a Constituição, o Estado deve promover a defesa do consumidor e, juntamente com a família e a sociedade, proteger a criança e o adolescente.

Para ela, não há previsão de "direito absoluto" à publicidade, que já é regulada pelo Código de Defesa do Consumidor a fim de restringir a propaganda abusiva e enganosa. "A criança é hipervulnerável às práticas de marketing, o que dá margem à exploração publicitária", afirmou.

Alvo de propaganda

O advogado do Instituto Alana, Pedro Hartung, argumentou que é preciso evitar que as crianças continuem a ser usadas como "promotores de venda" para convencer os pais a comprar determinado produto.

"O que a gente está conversando aqui é justamente a abusividade do direcionamento de publicidade ao público menor de 12 anos de idade. Não se fala aqui do fim da publicidade de determinado produto ou serviço. Toda publicidade pode continuar a ser feita, independentemente do meio, mas direcionada ao público adulto, que é o verdadeiro responsável por fazer essa mediação", disse Hartung.

Setor publicitário

Já as entidades ligadas a publicitários e mídia afirmaram que essa proposta fere a liberdade de expressão e, por isso, preferem aperfeiçoar outros textos que saíram das comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática com critérios mais claros sobre propaganda abusiva.

Para o presidente do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), Gilberto Leifert, o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente e os esforços de autorregulação do setor já são suficientes para garantir propagandas "responsáveis e éticas". "A propaganda é dirigida aos pais. Criança não tem renda, criança não pode comprar. Quem compra é o adulto", afirmou.



Arthur Oliveira Maia: projeto confronta direitos como a proteção das crianças e a liberdade de expressão

Já Pedro Hartung, do Instituto Alana, contestou o poder de autorregulamentação do Conar diante do grande número de anunciantes e publicitários do País. Ele também ressaltou que órgãos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), recomendaram restrições à publicidade dirigida às crianças, sobretudo no caso de alimentos, diante da "epidemia mundial da obesidade infantil".

Gilberto Leifert explicou, no entanto, que os anunciantes e as emissoras seguem as recomendações do Conar. "O Conar não multa nem manda prender, mas as emissoras, os jornais e os anunciantes acatam suas recomendações na preservação da ética na publicidade", afirmou.

Segundo ele, o Conar examinou 8,7 mil anúncios e campanhas nos últimos 35 anos e julgou 179 casos com público-alvo "crianças" nos últimos 5 anos.

Decisão dos pais

O escritor Ziraldo se posicionou contra as propostas de restrições à publicidade voltada para crianças. "Nossos filhos não precisam, obrigatoriamente, ser disciplinados e obedientes. Nossos filhos têm que ser felizes. Essa lei [projeto de lei] é inútil", afirmou.

Para o escritor, cabe aos pais decidirem sobre os produtos que compram para os filhos. "Deixa a sociedade, deixa o pai decidir. Filho não exige nada de pai que tem consciência de como educar seu filho. Filho não constrange pai, a não ser pai fraco", disse.

A vice-presidente da Associação Brasileira de Anunciantes (ABA), Sandra Martinelli, defendeu a liberdade de comunicação comercial e afirmou que a "boa prática" mundial é

baseada na combinação da regulação legal com a autorregulação da publicidade. Além disso, acrescentou que "as crianças precisam ser preparadas para lidar com a mídia e isso é elemento importante para a sua inserção na sociedade".

Já a representante do Movimento Infância Livre de Consumismo, Mariana Sá, disse que o debate está dividido entre os que veem as crianças como nicho do mercado e alvo de consumo e aqueles que as consideram sujeitos de direito, inclusive o de proteção. "Hoje, as crianças são tuteladas pelo mercado quando diante dos meios de comunicação ou da internet. Como querer que as crianças façam leitura crítica da propaganda se nem os adultos conseguem", declarou.

Em princípio, o projeto de lei que restringe a publicidade infantil tem tramitação conclusiva nas comissões, mas deputados da CCJ pretendem pedir ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que mude o regime de tramitação da matéria, a fim de submetê-la ao Plenário.

Assunto: Juíza estimula professores a combater violência sexual infantil

Fonte: CNJ

Data: 22/05/2015



Durante o lançamento do projeto “Denunciar é Proteger” na comarca de Balsas, a titular da 3ª Vara da comarca, juíza Nirvana Maria Mourão Barroso, destacou a importância da participação dos educadores no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. O lançamento aconteceu nessa segunda-feira (18/5), no povoado Aldeias, na zona rural de Balsas, e contemplou ainda os povoados Extrema e Correia. A data do lançamento no mês de maio foi escolhida em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Na ocasião, a magistrada falou aos cerca de 90 professores presentes sobre

os objetivos da campanha de enfrentamento ao abuso sexual infanto-juvenil, estimulando os profissionais do ensino a participar da iniciativa da 3ª Vara da comarca que visa a incentivar a comunidade docente a denunciar casos suspeitos ou confirmados de abuso sexual.

Os aspectos psicossociais do tema foram explanados aos presentes pela equipe técnica da comarca, formada pela assistente social Ana Sheila Muniz e pela psicóloga Mônica Leite. Representantes da Polícia Civil do Maranhão, Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Municipal de Educação e Conselho Tutelar marcaram presença no evento.

Zona rural - Iniciado em 2014, o projeto Denunciar é Proteger contemplou inicialmente os municípios de Nova Colinas e Fortaleza dos Nogueiras (termos da comarca), onde reuniu aproximadamente 350 professores. Em Balsas, o projeto se estende até 2016. A ideia é alcançar os cerca de 2.300 professores da rede pública de ensino, que totaliza 74 escolas. Inicialmente serão contempladas as escolas da zona rural do município.

Novas edições do projeto estão agendadas para os dias 08 e 19 de junho, sempre às 8h30, respectivamente nos povoados de Rio Coco e Santa Luzia.

Assunto: Menor que esfaqueou médico no Rio tem 16 anos e 15 fichas na polícia

Fonte: Diário de PE

Data: 22/05/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

A primeira, quando tinha apenas 11 anos. Polícia busca outro adolescente suspeito de participação no caso.



Bombeiros socorrem Jaime Gold: adolescente apontado como autor do crime estava internado até março.

Um dos adolescentes suspeitos de esfaquear e matar o médico Jaime Gold, 57 anos, na última terça-feira, na Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, foi apreendido na manhã de ontem. O rapaz de 16 anos estava na comunidade de Manguinhos, onde mora, no momento da apreensão. A polícia chegou até ele com a ajuda de testemunhas que o reconheceram por meio de imagens de segurança. Gold foi assassinado enquanto pedalava na Lagoa Rodrigo de Freitas. A polícia segue em busca

do segundo suspeito de ter participado do crime. O cardiologista foi enterrado na manhã de ontem, em um cemitério na Zona Portuária do Rio.

A morte do ciclista é mais uma de uma sequência de crimes na região, o que tem assustado os moradores do local. Gold foi esfaqueado e teve sua bicicleta roubada. O rapaz apreendido ontem tem ao menos 15 anotações policiais, segundo o delegado Rivaldo Barbosa. A primeira delas foi em 2010, quando ele tinha apenas 11 anos. Na última, ficou 40 dias apreendido e foi liberado em março. A policiais, o jovem admitiu que pratica roubos na Zona Sul. Próximo à casa do menino, a polícia encontrou ao menos nove bicicletas, uma delas, avaliada em cerca de R\$ 30 mil. Também foram achados um facão, três facas e duas tesouras. O menor mora na comunidade de Manguinhos, com os pais. A favela é ocupada por uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) desde 2013.

Segundo o delegado Rivaldo Barbosa, da Delegacia de Homicídios, o jovem agiu de forma fria e atingiu o ciclista pelas costas “Estou aqui há três anos e meio e duas coisas me chamaram a atenção nesse caso: a frieza do adolescente infrator e a forma covarde, sem nenhum sentimento pelo outro ser humano (como ele agiu). Foi uma forma brutal como o médico foi atingido. Ele recebeu, no mínimo, quatro golpes. Vamos aguardar o laudo de necropsia. A ação foi sorrateira, por trás, com traição”, afirmou Barbosa.

Assunto: Bebê é encontrado em lixeira em cidade do interior de SP
Fonte: Diário de PE
Data: 22/05/2015



Um bebê com idade entre quatro e cinco meses foi encontrado dentro de uma lixeira na noite de quarta-feira, 20, no bairro Morada do Sol, em Indaiatuba, a 99 km de São Paulo. O menino estava enrolado em uma manta e não apresentava sinais de maus-tratos. Vizinhos encontraram a criança após ouvirem o choro. Na roupa do bebê, estava escrita a frase "Mamãe, te amo".

A Polícia Militar foi chamada e levou a criança até o pronto-socorro do Hospital Augusto de Oliveira Camargo (Haoc). O bebê foi medicado, passa bem, mas não tem previsão de alta. O hospital aguarda a decisão da Vara da Infância e da Juventude e do Conselho Tutelar, que vão definir quem ficará com o menino.

A polícia ainda procura o responsável pelo abandono do bebê. Vizinhos disseram que o menino parecia bem alimentado, estava limpo, mas gelado, e chorava muito.

Assunto: Estados Unidos admitem ter matado duas crianças em bombardeio na Síria em 2014

Fonte: Diário de PE

Data: 22/05/2015



É a primeira vez que o país admite ter causado vítimas civis nos bombardeios lançados na Síria e no Iraque.



O general americano James Terry, chefe do CJTF, em Washington, DC, no dia 18 de dezembro de 2014.

Washington (AFP) - As forças armadas americanas admitiram pela primeira vez a morte de civis nos bombardeios lançados no Iraque e na Síria, ao admitir que duas crianças morreram em um ataque em novembro de 2014, perto de Harem, na Síria, contra o grupo extremista Khorasan.

"Lamentamos estas mortes não intencionais", destacou, em um comunicado, o general americano James Terry, chefe do CJTF, comando que dirige os ataques aéreos da coalizão nestes dois países.

A investigação americana conclui que "os ataques aéreos dirigidos contra as instalações do grupo Khorasan, perto da cidade de Harem, provocaram provavelmente a morte de duas crianças não combatentes", destacou o comunicado.

Antes do ataque, as forças americanas fizeram "uma rigorosa avaliação" das infra-estruturas para as quais apontava e concluiu que o grupo as utilizava "unicamente com fins militares", acrescentou a nota.

Nesta avaliação, "não havia indício algum de que dentro estavam crianças", continuou. O ataque provocou também "ferimentos leves" em dois "adultos não combatentes" que moravam perto, acrescentou a fonte.

O ataque foi conduzido, seguindo as regras das forças armadas dos Estados Unidos e os princípios internacionais sobre conflitos armados, incluindo "a necessidade militar", "a humanidade" e "a proporcionalidade", também diz o comunicado.

É a primeira vez que as forças armadas americanas admitem ter causado vítimas civis nos bombardeios lançados na Síria e no Iraque contra o grupo Estado Islâmico e outros grupos extremistas.

Assunto: Pernambuco e Ceará trocam experiências no segmento da Primeira Infância

Fonte: Governo de PE

Data: 22/05/2015



Trocar experiências e boas práticas no segmento da Primeira Infância. Com esse objetivo, a primeira-dama de Pernambuco, Ana Luíza Câmara, recebeu, nesta terça-feira (19), a primeira-dama do Ceará, Onélia Leite, que foi apresentada às políticas públicas, projetos e programas implantados pelo Governo do Estado na área. Entre as ações, o Mãe Coruja, premiado internacionalmente e que servirá como base para um programa semelhante naquele Estado.

Ana Luíza Câmara destacou a importância de trocar experiências que têm dado resultado e transformado vidas. “Pernambuco e Ceará têm realidades muito semelhantes. Dois estados do Nordeste, pobres, mas com um grande potencial criativo e muita vontade de fazer a diferença. Então, a troca de experiências é fundamental para implantar bons programas, fazer um bom governo e mudar a realidade das pessoas”, argumentou.

Ao ressaltar como seu maior objetivo conhecer “de perto” o Mãe Coruja, a primeira-dama cearense classificou o intercâmbio como positivo. “O Mãe Coruja é um programa lindo, espetacular, com bons resultados. Ele vai ao encontro da mãe desde a gestação até os cinco anos de idade da criança. Eu costumo dizer que a fase mais importante é de zero aos sete anos; é a formação da personalidade, do desenvolvimento cognitivo e afetivo da criança”, avaliou.

Também participaram da reunião a médica e coordenadora do Mãe Coruja, Bebeth de Andrade Lima, o secretário-executivo de Políticas para Criança e Juventude, João Suassuna, e gestores que atuam na pasta.

Assunto: MPPE discute crescimento da mortalidade materno-infantil em Pernambuco em audiência na Alepe

Fonte: Ministério Público de PE

Data: 22/05/2015



Os índices de mortalidade materna e infantil no Estado de Pernambuco em 2015 estão subindo em relação ao ano anterior, revertendo pela primeira vez uma tendência histórica de queda. A situação, que segundo denunciou o Conselho Regional de Medicina de Pernambuco (Cremepe) costuma ser observada apenas em países que passam por guerras ou eventos de calamidade pública, foi discutida pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Cremepe, Conselho Regional de Enfermagem (Coren-PE) e Secretaria Estadual de Saúde em audiência pública realizada, na quinta-feira (21), pela Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe).



A promotora de Justiça da Saúde de Olinda Máisa de Oliveira, que representou o MPPE na audiência, destacou que o direito à saúde foi apontado, segundo pesquisa realizada pela Gestão Estratégica do MPPE, como prioridade número um da população. Para ela, o sistema de atenção obstétrica adotado no Brasil é falho e precisa ser revisto.

“As gestantes de baixo risco, por exemplo, estão sendo atendidas em unidades de alta

complexidade, ocupando leitos que poderiam receber as mulheres que exigem maiores cuidados. Quanto à humanização no atendimento, a gente vê que a população hoje vai ao serviço de saúde pública e agradece por sair viva. Precisamos qualificar essa atenção”, defendeu Máisa de Oliveira.

Ela ainda destacou que o MPPE está agindo para aumentar a disponibilidade de leitos em maternidades municipais, como em Camaragibe, onde o prefeito firmou Termo de Ajustamento de Conduta para reformar e reabrir a Maternidade Amiga da Família em um prazo de 150 dias.

Já o conselheiro do Cremepe e diretor do Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (Cisam), Olímpio de Moraes Filho, criticou a forma como está sendo gerida a rede de assistência materno-infantil em Pernambuco. Segundo ele, a insuficiência de recursos para financiar a saúde está causando o fechamento de maternidades no interior do Estado e forçando as pacientes a procurar unidades de saúde superlotadas.

“No Cisam cerca de 60% das pacientes que chegam não são do Recife, vieram de outras cidades, algumas muito distantes. O crescimento da mortalidade se dá justamente por causa dessa demora em atender casos de complicações no parto. Que perspectiva as mulheres podem ter quando precisam pegar a estrada em pleno trabalho de parto?”, indagou.

A deputada estadual Socorro Pimentel, que é médica e membro da Comissão de Saúde da Alepe, afirmou que o aumento na mortalidade infantil em Pernambuco pode ser encarado como uma epidemia. “A peregrinação das mulheres por várias unidades de saúde na hora do parto é um retrato da desestruturação do nosso sistema de atendimento”, argumentou.

Em resposta às críticas, a secretária executiva de Atenção à Saúde da Secretaria Estadual de Saúde (SES), Cristina Mota, destacou que a pasta pretende priorizar a assistência materno-infantil no ano de 2015 e que não serão feitos cortes no orçamento.

Cristina Mota reconheceu ainda as dificuldades em relação à contratação de profissionais de saúde para a área obstétrica. Ela destacou que, em concurso recente, a SES convocou 77 enfermeiras obstetras e 34 médicos, mas menos da metade deles assumiram. “Existe um deficit, principalmente de médicos, para compor as escalas das unidades de saúde. Muitas vezes os municípios do interior concorrem entre si para contratar os médicos”, reconheceu a gestora.

Como proposta às dificuldades apresentadas pela SES, a promotora de Justiça Máisa de Oliveira sugeriu a formação de consórcios municipais para a construção e operação de maternidades de caráter regional. O custeio das equipes de saúde e da manutenção dos equipamentos seria dividido entre as cidades, evitando a necessidade de grandes deslocamentos. A Comissão de Saúde da Alepe vai dar prosseguimento ao debate sobre o tema em nova reunião no mês de junho, com a presença do secretário de Saúde do Estado, José Iran Costa Júnior.

Assunto: Brasil registra três queixas de abuso sexual de crianças por hora

Fonte: Portal UOL

Data: 22/05/2015



A cada hora quase três denúncias de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes foram registradas no país ao longo de 2014 pelo Disque 100, serviço gratuito de denúncia por telefone do governo federal. Esta segunda-feira (18) marca o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.



No ano passado, 24.575 queixas desses crimes foram recebidas pelo serviço de denúncia, sendo 19.165 referentes a abuso sexual e 5.410 de exploração sexual. Foi uma média de 67 notificações por dia, segundo dados fornecidos pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

São Paulo foi o Estado que apresentou a maior quantidade de denúncias tanto de abuso quanto de exploração sexual. No entanto, Santa Catarina liderou o ranking quando se leva em consideração a taxa de queixas de exploração a cada cem mil habitantes (20,8). Já o Distrito Federal ocupa o topo da lista com maior índice de denúncias de abuso por cem mil pessoas (65,8).

O abuso sexual ocorre quando a criança ou o adolescente é obrigado por um adulto a manter práticas sexuais, com ou sem contato físico. Já a exploração sexual é a relação sexual com criança ou adolescente que envolve o pagamento por meio de dinheiro ou benefícios.

Redução nas denúncias

Em 2014, o Disque 100 registrou uma queda na quantidade de denúncias de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em relação ao ano anterior. A redução foi de 28% nas queixas de abuso e de 25% nas de exploração.

Itamar Gonçalves, gerente de projetos da ONG Childhood Brasil, diz acreditar que ocorreu uma diminuição no número de casos, principalmente de exploração, como resultado de um trabalho conjunto que tem sido feito por governos e sociedade civil.

"Nós observamos uma reação bastante forte da sociedade civil organizada assim como dos governos, com um conjunto de ações para enfrentar essa situação. Há desde 2005 um engajamento contra a exploração sexual de crianças e adolescentes", afirma.

Para Flávio Debique, gerente técnico de Proteção Infantil e Incidência Política da ONG Plan International Brasil, as queixas são a ponta do iceberg de um problema maior. "As denúncias revelam uma parte dessa realidade porque a maioria dos casos não chega a ser denunciada", diz.

Gonçalves afirma que a subnotificação de casos ocorre especialmente quando se trata de abuso sexual. "A gente imagina que o abuso seja subnotificado porque ocorre na maioria das vezes no contexto da família, da comunidade. Acreditamos que esses números não traduzem o que de fato acontece", defende.

Denúncia

Casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes podem ser denunciados por diversos meios. O Disque 100 é um serviço gratuito e que não exige que o denunciante se identifique.

Queixas desses tipos de crime podem ser feitas também nos conselhos tutelares dos municípios, nas delegacia da Polícia Civil, promotorias de Justiça, além dos Cras (Centro de Referência da Assistência Social) e Creas (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).